

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



SÉRGIO [de Sousa], António (Damão, 1883 – Lisboa, 1969)

De uma família da aristocracia liberal, com pai e avós marinheiros e governadores ultramarinos, foi aluno do Colégio Militar e da Escola Politécnica de Lisboa, passando depois à Escola Naval. Oficial da armada, tendo uma posição política de neutralidade entre a monarquia e a república, desliga-se do serviço a seguir ao 5 de Outubro de 1910. Tendo que fazer pela vida, trabalha em editoras de Portugal e do Brasil, estuda psicologia e pedagogia em Genebra com Claparède. Escritor, criador em Portugal do género “ensaio”, destaca-se em variados campos do saber, da economia à filosofia, da literatura à história. Falhou um concurso para assistente da Faculdade de Letras de Lisboa em 1912 – nunca ensinou em universidades portuguesas. Ministro da Instrução em 1923-1924, resistente à ditadura militar e conspirador contra o Estado Novo, sofreu prisões e o exílio por duas vezes. Dirigiu publicações na *Renascença Portuguesa*, colaborou na *Águia*, na *Pela Grei* (que dirigiu), na *Lusitania*, *Revista de Estudos Portugueses* e depois na *Seara Nova* de que também foi director.

António Sérgio quer-se educador e reformador social; no entanto, entende estudar história porque, “escrever história é uma maneira de nos libertarmos do passado” — expressão tomada de Goethe, que muitas vezes cita. Nunca se dirá nem tomará como historiador, embora sempre tenha escrito sobre história. É avançado algumas hipóteses de trabalho que influenciaram decisivamente os seus contemporâneos. Apoiado em Oliveira Martins, logo em 1913 considera que dois grandes factos avultam no estudo da decadência peninsular, factos que podem dizer-se estruturantes: “a educação guerreira e a *purificação*; ou, por outras palavras, a falta de actividade produtora (agricultura, fabricação) e o isolamento sistemático.” (*O problema da cultura...*, 1914). Posição que se manterá.

Para Sérgio a concepção do passado da nacionalidade passa, sempre, por uma visão crítica da estrutura do Estado e em especial por sublinhar o papel negativo que os grupos sociais dominantes exerceram. Ao começo a nobreza, depois os bacharéis e os burgueses enriquecidos serão apontados como aproveitando as riquezas nacionais e desprezando o trabalho produtivo. “Em Portugal a nobreza (essencialmente cavaleira, porque educada na razia permanente contra o moiro), longe de acompanhar e dirigir o trabalho produtor, marasmava a terra e as indústrias com servidões parasitárias (...) Uma e outra vez os monarcas tentavam através de leis agrárias modificar a situação, mas nada resultava. Assim, os que deviam trabalhar as terras abandonavam-nas e o êxodo rural levava as energias para o tráfico marítimo, ofício a que aliás nos impulsava a situação geográfica do país, e depois as necessidades económicas da Europa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

setentrional.” Do triunfo da burguesia em 1383 vai resultar que se incrementa e se torne predominante a classe dos letrados, “a um tempo um efeito e uma causa do parasitismo social.” E conclui sobre este período: “A nação, portanto, não chegou a educar-se na disciplina do trabalho, precocemente absorvida na especialidade mercantil das especulações de entreposto, intimamente ligada à obra da Cavalaria; este facto, a ruína da nobreza antiga, o agravamento da miséria agrícola, e o correlativo parasitismo bacharelesco e burocrático, são os caracteres maiores do novo regime inaugurado pela revolução social de 1383-1385.” Assim estampou em 1915.

Nesse mesmo ano já Sérgio dirigia na Renascença Portuguesa uma colecção intitulada Biblioteca de Educação. Nela incluía as suas provocadoras *Considerações histórico-pedagógicas*. Propunha ainda uma secção designada *Biblioteca popular de história económica e social*. “Constituí-la-iam uma série de interessantes documentos sobre a nossa história económica e social.” Ideia que a Renascença Portuguesa transformará em Biblioteca de Estudos Económicos e Sociais, mas que Sérgio manterá, retomando-a mais tarde num volume que sairá em 1924 das oficinas da Biblioteca Nacional de Lisboa: *Antologia dos economistas portugueses. I. Obras em Português, 1924*. As referências de Sérgio já então o revelam atento a muitas obras de história, em especial fontes, algumas tão pouco comuns como *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*, de Duarte Gomes Solis. Como por então se revelam já as relações com David Lopes e os conselhos documentais que lhe pede e dele recebe. Sérgio soube sempre destacar a importância do estudo da história para o conhecimento do presente. E para a sua avaliação prospectiva.

O primeiro momento de tensão polémica historiográfica e ideológica conjugadas concretiza-se na terceira década do século Vinte, quando António Sérgio publica o seu primeiro tomo de *Ensaio*. Nessa obra se inclui “A conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não-romântica do texto de Azurara)”, ensaio determinante para explicar o início da expansão portuguesa. Que tradicionalmente era visto como “o de uma operação guerreira de gentes d’algo, a brandir um golpe no islamita.”

Partindo de uma leitura crítica da narrativa de Gomes Eanes de Zurara da tomada da cidade marroquina do Estreito por um exército português comandado pelos príncipes de Avis em 1415, Sérgio postula que a expansão portuguesa – o império e a colonização – têm de ser vistos como uma realidade económico-social. Nega que possa ser em exclusivo ou sequer predominantemente o produto de uma motivação religiosa e de uma intenção estratégico-militar de alguma ou algumas personagens. Ao propósito de combate pela Fé e pela destruição dos Mouros pelos infantes da ínclita geração (que normalmente se aceitava como eixo explicativo), substitui-se a motivação da burguesia dos portos marítimos europeus e portugueses pelo desvio em seu proveito do comércio africano e oriental que atingia Ceuta. Sérgio acrescenta ainda a atracção pela importação de cereais de que Marrocos dispunha e em que Portugal era de há muito deficitário (desde cerca de 1290).

Mais: o ensaísta vai interpretar a expansão portuguesa além-mar combinando os dois conceitos que define como “política de transporte” e “política de fixação”. No texto seminal sobre esta distinção considera que a actividade da conquista e a política de transporte seriam opostas à política de colonização. Assim, procura mostrar que a actividade transformadora e fomentadora do desenvolvimento dos territórios coloniais



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

se devia à fixação de populações e à criação de riqueza pelo trabalho agrícola. Negando a função primordial do transporte de bens pelo comércio que configurava uma rapina. Voltou o notável pensador a esta linha de raciocínio, uma e outra vez insistindo nesta interpretação. Com o ensaio sobre a tomada de Ceuta, influi logo Sérgio nas investigações de David Lopes (1867-1942) e de Jaime Cortesão (1885-1960). Nas objecções e críticas que lhe opuseram soube apreciar e destacar diferenças e a originalidade das explicações apresentadas. Mesmo quando contrariando algumas das hipóteses que avançara.

Em 1923, avança com uma ideia que lhe é cara: “a situação dos nossos portos foi o mais ponderoso factor geográfico na independência de Portugal.” Os estrangeiros que a eles concorrem contribuíam para que se evitasse a incorporação do território em Castela. Da série notável dos monarcas da primeira dinastia, destaca-se como rei-modelo D. Dinis. O fomento do território, em especial a protecção à agricultura, assim o revelavam. Para vir a terminar com a crise de 1383-1385 e a solução dinástica consequente à revolta social que ocorreu. E aí emerge a consideração de que à burguesia dos mercadores do litoral se opunha a aristocracia proprietária do ‘hinterland’. A uns o apoio revolucionário a D. João, mestre de Avis, aos senhores rurais sustentar a herdeira de D. Fernando. “Aljubarrota, pois, consagra a independência de Portugal, a nova orientação da sociedade, a queda da maior parte da antiga aristocracia, substituída por gente nova.”

Em 1415, “(no intuito de se apoderarem do comércio que pelo Norte de África, vinha em caravanas até Marrocos, e para dar um escoadoiro, acaso também, à espuma de valdevinos que borbulhara da revolução) os burgueses induziram o rei a tomar a cidade de Ceuta [...]” E Sérgio prossegue com uma resenha do avanço das descobertas na costa africana. Em que destaca os factores económicos, e muito em especial a vinda de “muito oiro e escravos, que começaram a substituir os brancos nos misteres, pela metade meridional do país, com grave prejuízo da estabilidade da Grei.” Para depois se abrir a expansão pelo Oriente.

Sempre com a mesma visão crítica: “Não tínhamos actividades industriais que pudessem desenvolver-se com esse comércio do Oriente.” E a conclusão impunha-se: “Espalhámo-nos assim por toda a Ásia, até às Molucas, numa prodigiosa e anárquica manifestação de energia.” Pelo contrário, merece-lhe boa referência a actividade colonizadora baseada na agricultura da cana e na produção de açúcar do Brasil. Brasil que depois no século XVIII, pelo ouro que, contraditoriamente, vai ser “a sorte grande”, o que “tornou desnecessária a reforma.” E, mais uma vez, se persiste nas mesmas faltas, com o parasitismo a dominar. Virá a destacar-se depois a tentativa de Pombal, “muitíssimo enérgico, mas tiranicíssimo, homem que se propôs realizar, mas deturpando-o, o pensamento reformador da elite portuguesa do seu tempo.”

Para encerrar, virá a terceira época: “Tentativas de remodelação interna”. Que se deveria seguir à independência do Brasil, forçosamente. Porém as reformas de Mouzinho da Silveira, que isso pretendiam, ficaram inconclusas, e sobre elas se veio a derramar a política fontista dos empréstimos externos, que bloquearam as necessárias transformações internas. A República também não atacou nem “resolveu profundamente o problema básico da nacionalidade: abrir, na metrópole, empregos criados à actividade dos cidadãos pela modificação do regime agrário, pelo aproveitamento das forças hidráulicas, pela



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

modernização dos métodos de trabalho, pela importação do trabalho científico, pelo estabelecimento de uma pedagogia nova, essencialmente activa e produtora.”

Pelo contrário, os males tinham-se agravado e havia ainda que combater o romantismo delirante que se instalara, com a incapacidade criadora que o acompanhava – ou causava. “Esse romantismo, tornando-nos incapazes de modificar o presente e preparar o futuro, impede-nos igualmente de apreciar inteligentemente o passado.”

Sérgio não ignora a história política, cuja cronologia acompanha, dedicando atenção a D. Sebastião. E não deixando de assumir uma posição polémica. Foi um “rapazola tresloucado, pateta e fanfarrão” a quem “os fanáticos e lunáticos do tempo meteram na cabeça em prosa e verso o ser o paladino da fé católica, contra o protestante e o maometano.” E é a jornada de África, a perdição do rei e do Reino em Alcácer-Quibir. Mas também a invenção do sebastianismo ou encobertismo, que Sérgio anota andar estafado “pela anemia ideológica das modernas letras nacionais.” Sobre os sebastianistas, diz que foram “uns patetas inofensivos, de quem os contemporâneos faziam troça.” Como que já preparava o ataque ao irracionalismo e ao sentimentalismo patriótico que vai desferir pouco depois a pretexto da *Exortação à Mocidade* de Carlos Malheiro Dias. Que culmina com a primorosa *Tréplica*. Polémica que se destinava, como tantas outras posições da *Seara Nova*, a proporcionar uma “lenta obra de educação colectiva”.

Será esta uma notável polémica, não sobre o D. Sebastião histórico mas sobre o sentimentalismo inconsequente que se estava a instalar na sociedade, em grande parte gerado pelas filosofias anti-racionalistas, mas também pelos saudosismos políticos de importação, nomeadamente integralistas. Findava assim a polémica, sem que Sérgio depois respondesse a outros ataques com que os integralistas e quejandos continuaram a alvejá-lo.

Mais próximo de uma polémica com um tema histórico é a que travou sobre o Seiscentismo. Embora esta tivesse ficado interrompida pela morte de António Sardinha, um dos contendores. Polémicas laterais ao objectivo central, que era o de provocar a sociedade para que se fizessem as reformas indispensáveis: “Reformas económicas e pedagógicas, concatenadas, entrelaçadas entre si como fios de um tecido único.” E isto sempre “subordinando aos valores eternos da liberdade e da moral todos os problemas, desde os grandes casos de consciência individual ou colectiva aos mais ténues incidentes da vida social.”

Logo em 1928 sai em Inglês *A Sketch of the History of Portugal*, em tradução de Constantino José dos Santos sobre o *Bosquejo* de 1923. Segue-se em 1929, em tradução castelhana, a *Historia de Portugal* na Editora Labor, de Barcelona. Também na sua quase totalidade, segue muito de perto o mesmo texto. O que mostra que as ideias principais, bem como o seu desenvolvimento e articulação se encontravam anteriormente definidos. Será como que o ponto de chegada destes anos primeiros de um labor permanente em prol das reformas em Portugal. Em que a história ocupa um posição central, como instrumento intelectual de actuação sobre a sociedade. História porém – para Sérgio – sem investigação de arquivo – mera reflexão sobre assuntos que à história investigativa depreciativamente ficavam entregues. E muitas vezes dita apenas de erudição arquivística.

Todavia, as páginas ensaísticas e as polémicas irão ter bons efeitos. Sabe-se que desde logo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

estimularam João Lúcio de Azevedo (1845-1933) a empreender as suas *Épocas de Portugal económico. Esboços de História* (1929).

Sérgio, não sendo historiador, nunca abandonou a escrita de história. Nem desistiu daquilo a que chamou a aplicação do método racionalista. Em 1941, intentou publicar uma *História de Portugal*, tendo saído ainda o tomo I, que subintitulou de *Introdução geográfica*. Porém, logo ocorreu pressurosa a polícia política a retirá-la do mercado — eufemismo oficial para expressar que a censura lhe tinha proibido a venda. E não faltaram as críticas. Mais uma vez, Sérgio teve que polemizar. A questão pôs-se por causa da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história. Seria este um dos cavalos de batalha para Sérgio combater. Tratava-se de convencer os leitores de que tinha sido a pesca e o sal a desencadear a principal actividade comercial marítima no território português — e não os produtos agrícolas que tinham determinado que os burgueses dos portos se dedicassem às transacções com as demais regiões da Europa. A pesca e o sal deviam assim tomar um relevo indispensável nas explicações do passado português. Por essas actividades Portugal “avultava” no comércio internacional — escrevia Sérgio. Mas a ideologia oficial e dominante, centrada em Portugal como um país essencialmente rural, queria desmentir essa realidade, que era a do comércio dos produtos do litoral marítimo, que lhe traçou o destino colectivo. A designação de monarquia agrária dada aos séculos XII a XIV que Lúcio de Azevedo cunhara tornara-se como que oficial.

No entanto, a polémica com os que atacaram Sérgio é sobretudo política: os grandes defeitos que à sua *História de Portugal* apontaram deveram-se a que Sérgio não deixava de mostrar como o país andava mal governado pelo Estado Novo. Para ele, mesmo o “império” só era aceitável se se destinasse a remir o povo da miséria, pelas melhorias técnicas, pela redistribuição da propriedade, pela planificação económica. “Para uma grei misérrima como a nossa é, a primeira faina do “imperialismo” será a de arrancar a sua vida económica do atoleiro de atraso em que tem jazido, libertando o povo da sua indigência e dando-lhe uma nova concepção de vida, uma orgânica nova de cooperação progressiva.” E punha bem à vista a defesa do cooperativismo, pelo qual se batia, conduzindo ao socialismo sem autoritarismo — libertador. No caminho para esse futuro, o conhecimento da história serviria para nos livrarmos do peso do passado. Impunha-se despertar a população portuguesa “do seu sono histórico, mostrando-lhe a realidade do condicionamento económico e convencendo-a da urgência de um exame crítico de todos os costumes que dos avós herdou, neste momento decisivo para a espécie humana que exige dos homens uma modificação profunda do regime da produção e da repartição dos bens.”

Só essa libertação, negando o respeito pela tradição e mesmo a necessidade de a eliminar, era o bastante para irritar profundamente os próceres do salazarismo. Porque não convinha mesmo nada que se lessem coisas tais: “o povo dos nossos campos desde o final da Idade Média, tem levado uma vida da maior pobreza obrigado a contentar-se com uma alimentação fraquíssima [...]” E mais: “Uma das razões dessa antiga indigência, [...] é que as classes superiores do nosso país nunca foram um escol no rigor do termo, isto é, que nunca dirigiram o trabalho do obreiro, que nunca se esforçaram pelo seu progresso, que nunca o impulsaram com os exemplos úteis, que nunca exerceram uma direcção social.” E citando Garrett,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

lá vem a famosa pergunta aos economistas e aos moralistas: “se já calcularam o número de indivíduos que é forçoso condenar à miséria, ao trabalho desproporcionado, à desmoralização, à infâmia, à ignorância crapulosa, à desgraça invencível, para produzir um rico.”

Um pouco mais tarde, em 1945, Sérgio escreve belas páginas de prefácio à *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes. A liderança burguesa da revolução de 1383 fica perfeitamente demonstrada (no que acompanhava Cortesão), mesmo se alguns, pela esquerda marxista ou por ela influenciados – v. g. Álvaro Cunhal (1913-2005) e Joel Serrão (1919-2008) –, pretenderam refutar o que a análise do texto de Fernão Lopes por Sérgio agora avançava. Defendiam uma interpretação que acentuava o carácter popular da revolução, quando Sérgio destacava a direcção burguesa do movimento. O motor revolucionário viria da arraia-miúda que não da burguesia cosmopolita dos portos portugueses. Mas que se tratava de um profundo conflito social e não apenas de mais uma guerra Portugal-Castela, isso ficara assente.

As polémicas de Sérgio sobre o sebastianismo e sobre o rei D. Sebastião, a discussão em volta do Portugal Seiscentista, as apreciações acerca de António Vieira e das Luzes e muitos outros assuntos e problemas, decorrem do seu magistério intelectual. Muitas vezes envolvido em polémicas que sobremaneira procurava. Um crítico chegou a rotular de “pedagogismo polemizante” essa permanente disposição de Sérgio – enquanto outros falavam do seu “caprichismo polémico”.

Nas suas últimas obras ainda retomará assuntos históricos: a reedição da *História Trágico-Marítima* de Gomes de Brito e uma antologia de desastres navais a que pôs o título de *Naufrágios e combates no mar*. No último volume de *Ensaios*, de 1958, ainda explica qual fora o seu interesse em escrever a boicotada *História de Portugal*. Tratava-se de “actuar na mentalidade dos meus compatriotas mais novos, levando-os a encararem os sucessos pátrios, não como artistas de belas “ressurreições do passado”, não com as basófilas do patriotismo historista, senão na atitude do observador sociólogo, do homem que luta pela emancipação do povo. Com o espírito dos que entendem que o humano valor de uma época se não mede pela refulgência dos seus feitos bélicos, pelo fausto da vida das suas gentes ricas, pelos edifícios construídos, pelas magnificências do Estado, mas pelo esforço de justiça para com a grande maioria do povo; e que benéficos políticos foram os que tomaram como mira (como seu imediato objectivo) “que chaque paysan put mettre la poule au pot le dimanche”, como queria Henrique IV o grande rei francês, e cá em Portugal um Mouzinho.” Havia que libertar das injustiças de outrora que permaneceram a oprimir os míseros, “tradição maléfica.” Tarefa “educativa e pragmática” que o levava a escrever sobre temas de natureza histórica. Onde mais uma vez se empenhou em mostrar que a improvisação e a falta de racionalidade tudo deitam a perder – como os desastres com a carga a trouxe-mouxe de das naus da Índia levavam aos afundamentos e à perda das mercadorias e dos homens: “fracasso financeiro, social, moral.” E assim se foi o império asiático. Sempre por irresponsabilidade dos governantes que não sabiam preparar nem impor as competências profissionais necessárias.

Sérgio raciocinava com conhecimento da história. E abria pistas que os historiadores ainda hoje podem percorrer para abrir novos caminhos, experimentar novas interpretações e tentar novas explicações.

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, Porto, Renascença Portuguesa, 1914; *Considerações Histórico-Pedagógicas. Antepostas a um manual de instrução agrícola na escola primária*, Porto, Edição da “Renascença Portuguesa”, 1915; “A conquista de Ceuta (Ensaio de interpretação não-romântica do texto de Azurara)”, in *Ensaios*, tom. I, Rio de Janeiro – Porto, Anuario do Brasil – Renascença Portuguesa, 1920, pp. 279-305 ; *Bosquejo da História de Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923; *O Desejado. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre êste mesmo rei e sua jornada de África*. Precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, Paris – Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924; “As duas políticas nacionais”, in *Ensaios*, tom. II, Lisboa, Seara Nova, 1929, pp. 69-109; *História de Portugal*, Barcelona, Editora Labor, 1929; *História de Portugal*, tomo I, Introdução geográfica, Lisboa, Portugália, 1941; “Prefácio”, in Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Porto, Livraria Civilização, 1945 (também na Livraria Civilização Editora [1983], pp. XXXIII-LXII); “Em torno da “História Trágico-Marítima (Informes para leitores nada eruditos, mas amadores das relações e visões globais dos acontecimentos)”, in *Ensaios*, tom. VIII, Lisboa, Guimarães Editores, 1958 (também na Livraria Sá da Costa Editora, 1974, pp. 75-174); *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972.

Bibliografia passiva: AMARO, António Rafael, *A Seara Nova nos anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória, Cultura e Poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa, 1995; BAPTISTA, Jacinto, *Disse chamar-se António Sérgio de Sousa... Auto da prisão, inquirição e desterro do autor dos Ensaios em 1935*, Lisboa, Caminho, 1992; CARDIA, Sottomayor, “Para a compreensão do ideário do primeiro grupo seareiro”, in *Seara Nova. Antologia. Pela reforma da República (1) 1921-1926*, Lisboa, Seara Nova, 1971, pp.13-84; CARVALHO, Joaquim de Montezuma de, *António Sérgio — a Obra e o Homem*, Lisboa, Arcádia, 1979; GODINHO, Vitorino Magalhães, “António Sérgio: presença no passado, presença no futuro”, in *Ensaios. IV. Humanismo científico e reflexão filosófica*, Lisboa, Sá da Costa, 1971, pp.263-270; SERRÃO, Joel, “O lugar da História no pensamento de António Sérgio”, in *Homenagem a António Sérgio*. Lisboa, Academia das Ciências, 1976, pp.45-52; MAGALHÃES, Joaquim Romero, “Breve notícia da história económica em Portugal (1860-2005), a sair em *Notas Económicas*, Coimbra, Faculdade de Economia, 2010; MARQUES, A. H. de Oliveira, “António Sérgio, Historiador (Despretenciosos informes)”, in *O Tempo e o Modo*. Lisboa, Morais Editora, nº 69-70, 1969, pp. 303-310; MATOS, Sérgio Campos, “António Sérgio na cultura histórica portuguesa”, *Consciência histórica e nacionalismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 215-230; MEDINA, João, MATOS, Sérgio Campos e VENTURA, António, *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, INIC, 1988; *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, nº 5, 1983.

Joaquim Romero de Magalhães



APOIOS:

